

“Diversificação e articulação da base produtiva e comercial em Moçambique”

"EMPRESÁRIOS DE “PENÚRIA”. A PROBLEMÁTICA DA EMERGÊNCIA E ENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO LOCAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: O CASO DO DISTRITO DE NACALA."

Domingos do Rosário

Maputo, Julho 2014



Apresentação dos Background Papers

Em 2011, o IESE assinou um acordo coma embaixada da Dinamarca para participar por dois anos (2012/2014) no projecto de apoio ao sector privado, com a sua pesquisa. Isto significa que o IESE vai usar a sua pesquisa e publicações para gerar artigos específicos para debate público e de políticas relacionadas com o desenvolvimento da capacidade produtiva.

Para o IESE, a investigação deve focar no desenvolvimento de capacidades produtivas ao mesmo tempo que também foca em questões sobre pressões económicas, sociais e políticas que moldam políticas publicas e decisões de negócio de forma a apoiar a diversificação e articulação da economia para além das dinâmicas de especialização em projectos de minerais e energia. Adicionalmente, a pesquisa precisa ir para além da questão de diversificação e evidenciar na análise as condições de economia política para diversificação e articulação das capacidades produtivas.

Assim, o presente background paper usa o quadro analítico acima descrito que vem sendo desenvolvido pelo IESE desde 2008, para delinear os principais resultados da sua pesquisa, no âmbito do projecto “diversificação e articulação da base produtiva e comercial em Moçambique”.

Background paper Presentation

In 2011, IESE has entered an agreement with Danish embassy to participate for two years (2012/2014) in their private sector support programme with research analysis. This means that IESE will utilize its own research work and publications to generate specific background papers for public and policy debate related to productive capacity development.

For IESE, research needs to be focused on development of productive capacities and, in association with it, the economic, political and social pressures and interests that shape public policy and business decisions, in order to support diversification and articulation away from narrow specialization on mineral and energy projects. Additionally, research needs to go beyond claiming the need for diversification and articulation, and needs to address the political economy conditions for diversification and articulation of productive capacities.

The present background paper uses the above framework, that has been developed by IESE since 2008, to outline the main research findings in the context of the project "diversification and articulation of productive and trade capacities in Mozambique".

EMPRESÁRIOS DE “PENÚRIA”. A PROBLEMÁTICA DA EMERGÊNCIA E ENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO LOCAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: O CASO DO DISTRITO DE NACALA.

Domingos do Rosário

INTRODUÇÃO

A problemática do envolvimento do empresariado, em Moçambique, encontra-se definido em instrumentos legais e programáticos do governo (PARPA II, PQG-2005-2009). O debate político entre diferentes forças vivas da sociedade converge para a atribuição de um lugar de relevo ao papel que o empresariado nacional devia exercer tanto no processo de integração regional quanto na promoção do crescimento e do desenvolvimento económico de Moçambique. Estudos recentes encomendados pelo Governo de Moçambique e por instituições internacionais indicam que: (i) aspectos legais; (ii) a frágil capacidade institucional das instituições; (iii) a qualidade das infraestruturas e (iv) a problemática do acesso ao financiamento/acesso a crédito (Banco Mundial, 2003) como sendo as principais razões que dificultam o desenvolvimento do sector privado e sua contribuição para melhoria da prestação de serviços públicos.

Nos últimos anos e no âmbito das reformas políticas e macroeconómicas em curso no país, o governo reconhecendo que as pequenas e médias empresas constituem o centro do desenvolvimento do país, na medida em que podem contribuir para a geração de postos de trabalho, reduzir a pobreza e contribuir para o crescimento económico, implementou um conjunto de reformas sectoriais, não só no âmbito do EMAN¹, que preconizava colocar Moçambique no topo da SADC até 2012, mas também nos termos do “Doing Business Index”. Contudo estes desafios não atingiram resultados palpáveis. Volvidos 5 anos, Moçambique continua entre os três piores países da SADC e os arranjos institucionais em que assenta o actual código do sector privado está ultrapassado: A falta de vontade política; a ausência de compromisso e responsabilização; a fraca liderança; a ausência de mecanismos de redefinição do arranjo institucional para coordenação das reformas implementadas pelo governo, fazem com que as reformas sejam secundarizadas, o que torna o ambiente de negócios mais complexo, desincentivando assim a emergência do empresariado local. (Opais, 2013).

Para a confederação das Associações Económicas, esta problemática persiste porque o governo reduz as reformas na simples aprovação de Legislação e de taxas, ignorando todo um contexto em que essas reformas devem ser implementadas (Noticias, 2013). A criação de um Porto seco na zona económica especial de Nacala, é um exemplo a reter, não só porque aumenta significativamente os riscos de transação pelas taxas cobradas, mas também porque torna o porto de Nacala menos competitivo em relação a outros portos da região, o que contribui para o fraco envolvimento do empresariado local na melhor prestação de serviços locais. (Idem, 2013)

Neste contexto a pergunta que se coloca é: quais são as barreiras e ou factores estruturais que impedem o desenvolvimento do empresariado de Nacala e seu envolvimento na prestação de serviços públicos locais?

Antes de responder a esta questão, a apresentação da metodologia e do objecto de estudo se mostra fundamental para a compreensão dos factores administrativas e legais que impedem e ou facilitam o envolvimento do empresariado local na prestação de serviços públicos ao nível local.

METODOLOGIA DO ESTUDO CARACTERIZAÇÃO DOS DISTRITOS E ESTRUTURA DO TRABALHO

Tratando-se um estudo de análise das perceções locais sobre os factores legais e administrativos que impedem e ou facilitam o envolvimento do empresariado local na prestação de serviços públicos locais, conduzimos entrevistas com grupos focais constituídos por empresários ligados a área de restauração, construção civil e transportes de Nacala Porto ; artesãos locais que trabalham na área de construção e reparações em Nacala a velha, Representante local do CTA, representante da ATRON (Associação dos Transportadores de Nacala), alguns comerciantes de Nacala-a-velha, o sector das actividades económicas de Nacala Porto e Nacala-a-velha (SDAE). Realizadas entre dois períodos de 21 dias cada, estas entrevistas permitiram-nos compreender a partir das perceções destes atores, as reais barreiras que impedem o envolvimento do empresariado local na prestação de serviços públicos locais. A observação participante também foi privilegiada. De facto durante nossa estadia em Nacala-a-velha vimos pequenas obras que deviam ser executadas por empresários locais, mas que eram operadas por firmas estrangeiras.

Caracterização do (s) objecto (s) de estudo

- a) *O distrito de Nacala-Porto* é o segundo centro urbano da província de Nampula, possui uma superfície de 560km² e uma população de 231 336 habitantes. A sua densidade populacional é de 713,3. A população é jovem e maioritariamente feminina (50,8%) e de matriz urbana.

Cerca de 75% da população habita na zona urbana, dividida em 2 postos administrativos, Mutiva e Muanona. Maioritariamente, a população de Nacala porto professa a religião islâmica (79,3%). Diferentemente de Nacala-a-velha, o distrito de Nacala Porto é tradicionalmente ligada a actividade de serviços, nomeadamente na área de transporte cujo desenvolvimento esta diretamente associado ao Porto e caminhos-de-ferro. Existem em Nacala 13 instituições bancarias ; 50 instituições financeiras ligadas ao microcrédito, microfinanças, seguradoras e outros. A indústria alimentar, extrativa, de bebidas, têxtil vestuário, de borracha, metálica e de borracha está instalada no distrito empregando cerca de 3000 pessoas (INE, 2013); para além destas indústrias existem 4 empresas de transporte oficializadas ; 6 estabelecimento de alojamento, 45 restaurantes e 26 organizações da sociedade civil com cerca de 110 activistas (Idem, 2013).

- b) *Distrito de Nacala-a-velha* esta situado no litoral da província de Nampula a 210 km da capital. Faz fronteira, a Sul com o distrito de Mossuril; a Este com o oceano Indico; a Norte com o distrito de Momba e a Oeste com os distritos de Erati e Monapo. A sua população actual é de 106,543 habitantes e uma densidade populacional de 92,6. A população é jovem e maioritariamente feminina (51,3%) e de matriz rural. Taxa de urbanização de 6%. Quanto a infraestruturas, o distrito é atravessado pela estrada principal e pelo caminho-de-ferro que liga o Malawi à cidade de Nacala Porto e está ligada ao corredor de Nacala através da estrada nacional. A estrada que liga Nacala-a-velha à Momba numa extensão de 50 Km e os restantes 177 km da rede de estrada são transitáveis. Existem outras rodovias não classificadas que facilitam a comunicação interna entre umas regiões e outras. A agricultura é a actividade dominante. Em 2010 havia no distrito 21. 316 Pequenas e médias explorações agrícolas que eram exploradas em regime de consociação de culturas embora de variedades locais. (INE, 2013) A pequena indústria local, pesca, carpintaria e artesanato surgem como alternativas à actividade agrícola ou constitui prolongamento desta. Devido a proximidade da cidade de Nacala e às ligações rodoviárias com a capital da província, o distrito de Nacala-a-velha esta integrado em várias redes de mercado. Tal significa que os elos comerciais para bens produzidos localmente se estreitam desde o interior do distrito até Nacala, Tanzânia e Malawi. Com uma rede formal totalmente inoperante a actividade comercial tem sido exercida por comerciantes informais espalhados pelas comunidades, garantindo assim o abastecimento em produtos de primeira necessidade as comunidades rurais e a compra de excedentes agrícolas. Até 2005 não existia em Nacala-a-velha nenhum sistema formal de crédito e não havia nenhuma instituição bancaria (MAE, 2005). A situação empresarial de infraestrutura de comercial e industrial de Nacala-a-velha mesmo depois do começo de enquadrada dentro da Zona Económica Especial em 2009 e com a construção do Porto de Nacala-a-velha esta longe de melhorar. De acordo com o Instituto Nacional de estatística, de

2008- 2011 foi apenas aberta uma unidade bancaria e até 2012 não havia nenhuma unidade e ou meio de pagamento (ATM e POS no distrito); até 2012 existia apenas 1 indústria extractiva (empregava 281 pessoas); existia 1 indústria alimentar (empregava 4 pessoas); até 2012 existiam em Nacala-a-velha apenas 21 estabelecimentos comerciais a retalho (empregavam 54 pessoas); 1 armazém (empregava 28 pessoas); 1 alojamento (empregava 3 pessoas); 4 restaurantes (empregava 8 pessoas) e 17 organizações associativas com 61 pessoas (INE, 2013).

Para melhor apresentação do argumento, este artigo será dividido em duas partes: A primeira, que se circunscreve ao distrito de Nacala Porto, apresenta as barreiras da consolidação do empresariado local numa situação de grandes investimentos e de competição com grandes empresas estrangeiras no âmbito da zona Económica Especial (ZEE). Nesta secção mostramos que a existência de interesses de elites políticas locais e as centralmente estabelecidas que utilizam o Estado como meio de assegurar o acesso ao grande capital internacional, impede-os de aprovar uma legislação mais específica e “protecionista” que facilite o envolvimento do empresariado local na prestação de serviços públicos locais. A segunda parte, que analisa o distrito de Nacala-a-velha, mostra como é que numa situação de “penúria” e ou inexistência de uma classe empresarial local, a promoção das associações locais, que deveria no âmbito da política de descentralização, constituir uma alternativa viável, encontra barreiras devido ao clientelismo de poder instituído ao nível da administração local.

O PAPEL DAS ZONAS ECONÓMICA ESPECIAL DE NACALA NA (DES) PROMOÇÃO DO EMPRESARIADO LOCAL

Em 2007 o Governo de Moçambique, aprovou o Decreto 76/2007 de 18 de Dezembro que cria a Zona Económica Especial de Nacala (ZEEN). Esta zona compreende a área geográfica dos distritos de Nacala-a-velha e Nacala Porto e tem como objectivo atrair investimentos nacionais e internacionais. Contudo só em 2009, depois da reconquista do município da Nacala Porto pela Frelimo é que a ZEEN começou a ser implementada, com a aprovação dos primeiros 11 projectos de investimento. Até 2011 a ZEEN tinha atraído 400 milhões de USD (AIM, 2011)

Volvidos dois anos de implementação dos primeiros 11 projectos no âmbito da ZEEN, o governo de Moçambique, aprova a lei 15/2011 de 10 de Agosto que estabelece as normas orientadoras do

processo de contratação, implementação e monitoria de empreendimentos de parcerias Público-privadas de projectos de grandes dimensões e de Concessões empresariais. Essa lei, tinha como objectivo regulamentar os grandes investimentos, tais como: (i) a reabilitação e transformação da base área de Nacala em aeroporto civil; (ii) a reabilitação e expansão do porto de Nacala; (iii) a construção da barragem de Nacala e da Terminal de carvão de Nacala, de modo a dar visibilidade a zona Económica.

A implementação destes projectos constituia grande preocupação para o governo que para além de aprovar a Lei, tinha criado no âmbito do Centro de promoção de Investimentos, uma unidade orgânica, cuja missão era de promover ligações empresariais. Contudo o papel desempenhado por esta unidade é pouco visível e marginal, ainda mais porque não conseguiu fazer o necessário para reduzir a percentagem de 80% de compras de bens e serviços, que por exemplo, a Construtora Brasileira Odebretch faz no mercado brasileiro em detrimento do nacional. A ausência de pequenas empresas locais qualificadas, a fraca qualidade dos serviços prestados, os preços elevados, a falta de licenças e de capacidades empresariais são apontadas como sendo as principais causas do não envolvimento do empresariado local na prestação de serviços. (Conselho de Ministros, 2007).

Se esta problemática deveria merecer uma atenção especial, não só por constituir uma das exigências do empresariado local, preocupada com as aquisições de bens e serviços no mercado internacional, entretanto disponíveis no mercado local e nacional (Marengane, 2013), mas também por, o governo, no âmbito das ZEE ter previsto a aplicação da componente de Inovação/Catalisador, que prevê, dentre outras coisas, a capacitação de pequenas e Médias empresas (PME's) para responderem as demandas e necessidades dos projectos de grande dimensão no fornecimento de bens e serviços, a operacionalização deste princípio não produz resultados satisfatórios. A insuficiência de instrumentos legais, limitações de capital e a falta de políticas mais "protecionistas" é interpretada como sendo um dos factores que inibe o desenvolvimento e crescimento do sector privado e contribua de forma mais significativa na prestação de serviços públicos, sobretudo ao nível local. Neste contexto, a solução poderia ser encontrada nas parcerias entre grandes e pequenas e médias empresas.

Parcerias entre grandes e pequenas e médias empresas no âmbito da zona económica especial. Que parceria?

Se os grandes projectos aprovados no âmbito da Zona económica especial aumentaram expectativas da classe empresarial local, sobretudo a ligada ao sector de transporte e construção

civil, na medida em que viam a possibilidade de estabelecer com essas empresas parcerias de modo a se fortalecer e tornarem-se mais competitivas, na prática essas parcerias estão longe de se concretizar. Para os empresários locais, o discurso do governo é apenas de intenções e não condizente com a situação real de Nacala.

“O governo está a olhar para Nacala sim, mas devíamos perceber para quem está direcionado esse olhar. Devem estar direcionados para outras pessoas e não para nós que durante muito tempo asseguramos o abastecimento de mercadorias (...) houve uma altura no tempo da guerra, em que tínhamos contrato com BP em que abastecíamos em combustível, todas as Bombas incluindo os aeroportos de toda a zona Norte de Moçambique, distribuíamos para Lichinga, para Cabo Delgado, numa altura em que a estrada estava péssima (...) com chuvas nós fazíamos questão de transportar mercadorias para esses locais. Hoje já nos querem cortar o contrato e dar a uma empresa sul-africana (...) que promoção está a ter? Nos momentos críticos tivemos essas situações todas, hoje que as estradas estão boas, as oportunidades de negócio são outras, ninguém quer mais saber de nos começam a querer empresariado estrangeiro (...) penso que tudo isto está ligado a legislação que é muito fraca e não nos protege” (Presidente da ATRON, Nacala, 20 de Julho de 2013)

A fragilidade na legislação empresarial Moçambicana reduziu de forma significativa estas expectativas. Copiada em outros contextos, nomeadamente de países da América Latina e Ásia onde foram implementadas Zonas Económicas especiais, o governo não conseguiu adaptá-la a realidade local. Essa legislação entra não só em contradição com a política fiscal e monetária nacional, mas também com a legislação do sector de Migração e de trabalho. De acordo com alguns estudos, uma das principais causas do insucesso das Zonas Económicas especiais na promoção das parcerias entre pequenas e médias e grandes empresas, está ligada a inadequação de políticas fiscais, laboral e administrativa (FIAS, 2008)

A lentidão nas reformas em curso no país por parte do governo faz com que empresas como Odebrecht e outras grandes empresas que ganharam concursos para a reestruturação do aeroporto militar de Nacala; o Consórcio Vale-CFM para a construção do porto de mercadorias de Nacala-a-velha e a WBO contratada no âmbito do *Millenium Challenge Account* para a reabilitação da barragem de Nacala, subcontratem ao seu bel-prazer outras pequenas empresas estrangeiras, de prestação de serviços de extração de pedra, construção de condomínios pré-fabricados, importação de pequenos insumos, etc. em detrimento de empresas locais. Na sua maior parte, as

empresas subcontratadas trazem consigo não só equipamento, mas também pessoal de qualidade duvidosa, para ocupar cargos importantes, deixando o pessoal local com posições subalternas.

“ Estas empresas contratadas, fazem a subcontratação nos seus países com base em relações de amizade e de camaradagem (oportunidades de business) que estabeleceram há bastante tempo (...) e a nossa legislação nada impede e nada obriga que a empresa contratada e subcontratada tenha que contratar uma percentagem de empresas e de pessoal local (...) são livres de buscar o que querem, a hora que querem sem problemas nenhuns (...) é uma falha da legislação que não permite a obrigatoriedade de as empresas grandes fazerem parcerias com pequenas empresas locais e ou recrutarem uma percentagem de mao-de-obra local (...) Aqui dizem que querem apenas carpinteiros, pedreiros, etc. Foi por isso que a Vale e a Odebrech abriram uma escola técnica para formar este tipo de pessoal”

A aposta em empresas estrangeiras em detrimento das nacionais está associado a interesses de elites políticas locais, mas também as centralmente estabelecidas que utiliza o acesso privilegiado aos megaprojetos com base em alianças e história política, ou seja, com base na captura do Estado, como meio de assegurar o acesso ao grande capital internacional. Em muitos destes casos, as corporações nacionais, recorrem ao uso do capital institucional (acesso às instituições, tráfico de influências e alianças com o poder político a fim de escolher e penetrar em áreas estratégicas com posições fortes de negociação, (Castel-- Branco, 2010) em detrimento do empresariado local. O caso de um empresário local, que decidiu antes do projecto, endividar-se sob promessa de ganhar as obras de reconstrução do novo Aeroporto de Nacala é eloquente.

“ Quando se estava a pensar esta ideia de “Zona Económica Especial, o Ministro Cuereneia, incentivou-nos a investir na área de transportes. Das várias reuniões que teve connosco disse apostem (...) o comboio já arrancou para não se sentirem ultrapassados. Invistam o banco já criou abertura, está aqui o BIM, o Standard Bank, o BCI fortifiquem-se para poderem competir como os outros (...) porque a obra do aeroporto vai arrancar. Fiz um plano obtive financiamento do BIM de 5 milhões de dólares americanos e fui a China comprar Buldózeres, pás mecânicas, camiões basculantes, niveladoras, todo o equipamento de construção (...) como não havia Gazedá, paguei todos os direitos alfandegários. Arranca a obra do aeroporto e quando abriram o concurso para contratar o construtor, apresentei meu equipamento, que era da última geração, proposta e tudo. Simplesmente vieram ver equipamento e disseram não, “nós não trabalhamos com equipamento chinês, porque não nos oferece garantia, (...) tive que arranjar saída. (...) Consegui uma

sub-empregada para fazer terraplanagem em Maputo, depois consegui outra sub-empregada em Chokwé. Puxei o equipamento para Chokwe, terminei. Ganhei outra obra para fazer um aterro na zona da Costa do sol, onde estavam a fazer condomínios; terceira obra, fiz isso em três meses porque tinha muito equipamento. (...) Quando termino a obra da Costa do sol, aparece alguém que faz proposta da compra da maior parte do equipamento. Era um nacional, fechamos o negócio, passei-lhe os documentos e com o dinheiro liquidei minha dívida com o banco e fiquei com uma pequena parte do equipamento, era meu lucro. (...) Volto para Nacala satisfeito, por pelo menos ter conseguido amortizar a dívida com o Banco. Mas, uma semana depois vou para o aeroporto por uma razão qualquer, vejo lá meu equipamento a trabalhar e a empresa que estava a operar era estrangeira. Tirei fotos e fui mostrar o diretor que tinha recusado meu equipamento, (...) ele disse que havia interesse de algumas pessoas aí. Apresentei o caso ao Ministro Aiuba Cuereneia, contei-lhe a história, expliquei que fiz aquilo incentivado por ele, apresentei as provas (...) não sei se ele fez alguma coisa (...) Epa (...) é doloroso e o equipamento está lá até agora a trabalhar. (J. Semedo, Empresário local de Nacala, 20 de Julho de 2013)

Estas práticas entram em contradição com o discurso oficial do governo de que é primordial desenvolver o sector produtivo e competitivo das PME's de modo a gerar postos de trabalho, assim como bens e serviços de modo a contribuir para a redução do nível de pobreza, ao nível local. As empresas e empresários nacionais, particularmente as pequenas e médias empresas não tendo vantagens tecnológicas que lhes permitem adquirir poder no mercado mundial se não se ligarem a grandes empresas vão enfrentar competição muito forte de empresas externas logo ao emergirem. Logo, se não adquirem capacidade competitiva via parcerias rapidamente cairão na falência (Young, 2005).

Para conseguir este objectivo, o governo devia acelerar a produção não só de uma legislação contextualizada e que defendesse os interesses das pequenas e médias empresas locais, mas criar também condições para as empresas locais, tenham capacidade para competir com as empresas estrangeiras. Caso não, devem procurar outras alternativas para se fortificar, e no contexto da Zona económica especial de Nacala, o Gazeda, representa uma boa oportunidade em função dos incentivos fiscais oferecidas as empresas.

Será que o Gazeda representa uma alternativa ao desenvolvimento do empresariado Local?

É verdade que teoricamente o governo, no âmbito do Gazeda promoveu um conjunto de incentivos, tais como (i) existência de contabilidade organizada; (ii) ter cópia de BI; (iii) ter residência fiscal domiciliada em Nacala; (iv) Alvará e (v) escolha de áreas específicas de investimento, para primeiramente ter três anos de isenção, e depois do quarto ao décimo pagar, apenas 50% de impostos e finalmente, do décimo até, pagar 75 % dos direitos e isenções na compra de Maquinaria. Se é verdade que ficar um ano sem pagar IRPC e estar isento de pagar direitos na importação de equipamento traria uma vantagem competitiva muito importante, contudo estes incentivos estão longe de corresponder aquilo que é a estrutura das microempresas e do sector empresarial locais. As altas taxas cobradas pelas finanças, sua estrutura informal e ilegal impedem muitas microempresas a responderem as condições necessárias para aceder ao Gazeda: as entrevistas com dois empresários ajudam a perceber que dificuldades de ter acesso ao Gazeda para beneficiar de Isenções fiscais.

“ Por exemplo esta história de que para entrar na Gazeda é necessário ter contabilidade organizada (...) quer dizer que a Gazeda não aparece para pequenas empresas (...) eu não estou a ver uma pequena e média empresa aparecer no primeiro ano com contabilidade organizada. A Primeira coisa seu volume de negócios não é suficiente para ter contabilidade organizada, porque para ter contabilidade organizada, depende do volume de negócios nesse ano. Por exemplo, as Finanças dizem com este teu volume de negócios pode estar neste ou naquele regime. Depois, quando teu volume de negócios começa a aumentar até certo nível, são as finanças que te comunicam de que a partir do próximo exercício económico, você passa a ter contabilidade organizada porque teu volume de negócios é outro. (...) (Mário Fernando, Atron, Nacala 20 de Julho de 2013)

E um outro empresário acrescenta:

“ Não porque queiramos fugir ao fisco, mas as condições o exigem (...) quando vamos ao Gazeda para ter benefícios exigem-nos uma serie de condições para podermos aderir. Primeiro contabilidade organizada, segundo exercício fiscal dos últimos 3 anos, etc, etc (...) mas eu pergunto essas empresas novas, portuguesas que estão ai a um mês, apresentaram exercício fiscal dos últimos 3 anos? tem contabilidade organizada? Eles foram para Portugal e ou Africa do sul ver isso? Porque pedem a nós e não pedem aos estrangeiros? Há uma

dualidade de critérios muito grande e sempre em benefício dos estrangeiros e em claro prejuízo dos empresários locais, o que mina seu processo de desenvolvimento (...) Nós temos problemas sérios de contabilistas. Temos um grande défice de recursos humanos e em especial contabilistas e quando a gente pede contabilidade externa dessas empresas é muito cara, principalmente para nós empresários locais que não temos muita possibilidade (...)" (J. Semedo, Representante da CTA, Nacala 18 de Julho de 2013)

Moçambique não tem contabilistas qualificados em números suficientes e os custos de colectar, reunir e preencher os documentos para as pequenas empresas são, muitas vezes, maiores do que o valor dos impostos (Lafleur, 2007). Há um conjunto de barreiras de ordem administrativa e legal que impedem os empresários já estabelecidos competir em pé de igualdade com empresários estrangeiros que mais se beneficiam da Zona Económica Especial.

" o Governo quando puxa o empresário nacional e ou estrangeiro para cá, que seja novo, para vir se instalar aqui dá-lhe uma serie de benefícios fiscais, isenção de direitos fiscais para a compra de equipamentos, isenção de impostos de IVA, isenção de IRPS, uma serie de benefícios fiscais que são dadas ao investidor estrangeiro. Vou-lhe dar um exemplo que preocupa os empresários locais. Imagina que um empresário local tenha importado antes da zona económica especial com ajuda de um empréstimo do banco, uma fábrica de blocos no Brasil e esta a fazer blocos e vender (...) neste momento vem um empresário estrangeiro ou nacional, mas que seja novo em Nacala, vem se instalar cá e colhe os benefícios fiscais. Uma das coisas que ele faz é montar uma fabrica de blocos com equipamento igualzinho ao meu, que veio do Brasil também. Mas ele está isento de importação, isento de IVA, Isento de IPPS e vende o mesmo bloco que eu vendo, compra o mesmo cimento, a mesma areia e pedra que eu compro a diferença é que ele tem isenção e eu não tenho. Automaticamente este meu vizinho está em condições de fazer metade do preço que pratico. IVA 17%, IRPS 20% dá-lhe um bom espaço de manobra para baixar o preço. Vende mais barato mas, com a mesma qualidade, porque a fábrica de blocos e a matéria-prima que usa é a mesma que a minha. Será que esta zona especial é também para nós? (...) Quando apresento meu preço, minha cotação é maior em comparação com a do outro e por isso estamos a perder clientes na área de transportes, estamos a perder clientes na área de construção civil."

O governo devia demarcar uma zona especial em que todos os intervenientes nesta zona se

beneficiassem dos incentivos fiscais sob pena de acabar com o empresariado local. O governo devia criar políticas que impedissem empresários de investir em fábricas pequenas como de blocos, restaurantes e criar mais incentivos para que estas áreas fossem tomadas por empresários locais, mesmo que para tal tivesse que criar um Fundo de apoio ao pequeno empresário local de modo que este participasse no desenvolvimento local.

É verdade que o governo com apoio do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no âmbito do Fundo de Apoio a Reabilitação Económica (FARE) um nverba no valor de 34,2 Milhões de Usd cujo objectivo era reduzir a pobreza; melhorar as condições de vida da população rural e aumentar a viabilidade das empresas locais através do acesso sustentável aos serviços financeiros nas zonas Rurais (FARE, 2009), contudo nos nos parece que ainda não conseguiu surtir os efeitos desejados. Além de não ter potenciado as empresas locais, este programa está aquém de produzir uma política de ligações empresariais entre as grandes empresas e as pequenas e médias empresas locais que facilite o desenvolvimento de negocios e desta forma participar de forma activa na prestação de serviços locais, sobretudo no âmbito de infraestruturas de água e saneamento, um dos maiores problemas de que enferma o distrito de Nacala-a-velha.

A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO DO EMPRESARIADO LOCAL E SEU ENVOLVIMENTO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS LOCAIS EM NACALA-A-VELHA

Segundo estatísticas oficiais, até 2012 existia em Nacala-a-velha, 1 indústria alimentar (empregava 4 pessoas); 21 estabelecimentos comerciais; 1 armazém; 1 alojamento e 4 restaurantes. Estas estatísticas nos mostram a ausencia quase que completa de um sector empresarial capaz de contribuir para a prestação de serviços públicos locais. Contudo e antes da eleição do distrito de Nacala-a-velha a categoria de Zona Economica especial, tentativas houve por parte do governo local, sobretudo no sector de infraestruturas e no ambito da política de descentralização, criar incentivos para emergência de um empresariado local, sem contudo ter resultado. Que factores contribuem para este insucesso?

No que diz respeito ao sector de infraestruturas e precisamente o sector de águas¹, o envolvimento do sector privado está plasmado nos principais documentos do sector,

¹ A problemática do acesso agua e infraestruturas Quanto ao abastecimento de água em Nacala-a-velha é uma das questões mais serias uma vez que maior parte da população não tem acesso a água potável. Em 2007, apenas 0,1% da população tinha acesso a água dentro de casa; 2,4% na rede pública e fora de casa; 11,4 na fontenária; 13% no poço ou furo e as restantes 57,7% tiravam água em poço a céu aberto (INE, 2013).

nomeadamente, no plano estratégico de abastecimento de Água e Saneamento Rural (PESA-ASR), no Manual de Implementação de projectos de abastecimento de Água Rural (MIPAR) e na Política de águas, que encoraja o envolvimento do sector privado na preparação e suporte das comunidades nos projectos de construção, na fiscalização, no apoio e manutenção, etc.

No âmbito da descentralização, o Decreto 15/2010 de 24 de Maio – Regulamento de contratação de empreitada de obras públicas, fornecimento de bens e prestação de serviços ao Estado, constituir um dos mecanismos de promoção do sector privado local, das associações de artesãos locais no desenvolvimento da economia local. No âmbito da Política de Águas, este decreto, permite a constituição de estruturas de manutenção ao nível local capazes de garantir a sustentabilidade das instalações de água e infraestruturas locais. Contudo sua materialização ao nível do distrito de Nacala-a-velha, não encontra espaço no seio do governo do distrito.

A promoção do distrito de Nacala-a-velha ao estatuto de “Zona Económica Especial” despertou atenção das associações locais e de algum empresariado que viu crescer suas expectativas de contribuir para o desenvolvimento da economia local, através da prestação de serviços públicos à comunidade. No âmbito do sector de águas, o início das actividades da Scip em 2010 no distrito veio reforçar ainda estas expectativas. De facto o Scip, para além de reativar os comités anteriormente constituídos e cujo funcionamento era deficitário, disponibilizou treinamento mais especializado, para a manutenção e reparação de toda a fonte de água, disponibilizou apoio jurídico e financeiro para a criação da Associação de artesãos locais e para a obtenção de um Alvará junto do Governo Distrital/SDPI de um alvará.

É interessante notar que apesar do Alvará dar competência a associação os artesãos locais de Nacala-a-velha para “fazer manutenção completa das fontes de água, operar pequenas reabilitações no âmbito das obras públicas locais, fazer a manutenção de rotina das estradas que fazem ligações entre as diferentes comunidades de Nacala-a-velha, as actividades da associação dos artesãos, estão apenas confinadas à reparação de Fontes de água. O exercício de outras actividades tais como a manutenção de estradas, pequenas reabilitações de edifícios públicos, passaram a ser exercidas a partir de determinada altura, por empresas vindas de outras partes da província de Nampula, dependendo das relações de parentesco e ou afinidade que estes tinham com os responsáveis do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestrutura (SDPI).

Os relatos abaixo obtidos, numa entrevista colectiva com a associação dos artesãos locais mostra bem que a predominância das relações clientelistas na adjudicação de obras ao nível local, se sobrepõe as normas traçadas pelo próprio governo central. Este procedimento para além de baixar os incentivos e minar o processo de desenvolvimento das associações locais, embriões do

empresariado local, impede-lhes de contribuir na prestação de melhores serviços públicos ao nível local:

“O Sr. Administrador Mário Ernesto, antecessor do Administrador Tchapo, ele precisou de formar uma associação (...). Disse, o distrito precisa de uma associação de construtores (...) Havia uma associação de construtores locais formado pelo antigo administrador (...) O administrador Mário Ernesto mandou a funcionária que até agora está ali, e disse para arranjar pessoas que têm experiência de construir para formar associação... aquela senhora veio me convidar e eu fiz o recrutamento de pessoas... mestres pedreiros, eletricitas, carpinteiros ... essa Associação chamava-se *Okalihera Mingurimera Ltd* (microempresa rural associativa) isto é associação (...) Este senhor não tenho problemas com ele (...). Ele queria trabalhar com as associações (...). Ele queria que as associações existissem (...) antes de ser transferido..., se o senhor for assim pode ver umas 5 casas (casas do Governo) que nós construímos com o antigo administrador. Aquelas casas foi minha obra, fiz com minha equipa da associação, (...) Além de ser artesão também construo, (...) Eu sou analfabeto, não gosto de pôr dedo as pessoas (...) o actual administrador e sua equipa não deram continuidade ao trabalho feito pelo outro (...) não quiseram saber (...) eu tenho papeis que gastei dinheiro, dinheiro (...) Eu chorei homem.... Posso até tirar lágrimas, porque ... porque ... Eu estava a frente dos papeis desta associação... até já temos um alvará, mas não sei explicar qual é o paradeiro desse Alvará...”

Um outro artesão acrescenta:

“Esse alvará foi usado nos seguintes termos: Eu fui mandatado para fazer o levantamento da casa do chefe de posto de Ger-Gêr, da residência e da secretaria da barragem para efeito de reabilitação com a associação (...) fui para lá várias vezes, usei minha mota, meu dinheiro como se fosse empreiteiro, porque estava esperançado que ia ganhar a obra, (...) tudo o que eu estava a fazer ai, não ia ser desperdício para mim. Levei meu transporte e levei um funcionário da SDPI fizemos o levantamento necessário: Fomos a Ger-Ger fazer o levantamento, de todos os elementos necessários; voltamos abasteci a mota de novo e fomos a barragem fizemos o levantamento. (...) Feito isso, apresentamos os documentos, elaboramos um orçamento e celebramos o contrato para reabilitação daquelas casas, (...) assinei o contrato porque este trabalho era prioridade para a associação e não é preciso concurso público, ... tudo bem (...) fui assinar o contrato ... com o administrador (...) Mas o mais engraçado é que passados alguns dias dizem que o

dinheiro não saiu, (...) mas o senhor director me tinha dito que tinha fundos e que só estavam a espera de libertar (...) assinei contrato para depois dizerem que o dinheiro não saiu, (...) mas todo o levantamento e orçamento tinham sido feitos (...) não virei a cara (...) fizemos uma pequena pesquisa e descobrimos que a obra estava a ser feita por um empresario de Memba, (...) mas prontos o director do SDPI é de Memba. Então, quando o dinheiro não sai para esta associação e o trabalho foi feito por empresarios de Memba, que isso quer dizer? (...) Nem comunicação oficial nem nos devolverem o contrato, porque em condições normais deviam devolver o contrato ou dizer que o contrato está anulado e abrir um concurso para as pessoas concorrerem. (...) Usaram meu contrato e meu alvará para outras pessoas que não tinham alvará”

E outro acrescentava ainda

“Se o contrato, que assinamos, não estava correcto então porque é que o administrador não indeferiu? Porque é que o despacho não chegou a nós? Nós ficaríamos a saber o motivo do chumbo do contrato, se foi o orçamento que foi maior (...) etc, etc. (...) utilizaram nosso alvará para interesses de algumas pessoas (...) Sabe quando você fala aos chefes sobre essas coisas, você recebe nomes (...) quando você critica é chamado da oposição, (...) dizem que são esses, e automaticamente você fica inimigo do chefe e fica da oposição (...) e aquilo morreu assim (...) e a nossa empresa morreu assim, (...) com esses constrangimentos todos, o associativismo aqui em Nacala-a-velha não pode existir, é puro discurso (...) porque é que não nos deram essas obras para nós fazermos? Eram pequenas coisas, pinturas, substituir redes mosquiteira, colocar fechaduras, substituição do tecto, coisas mesquinhas (...) Estou a dizer estão ai as casas (...) faz três anos que aquelas casas existem... agora para dar continuidade, não querem (...) nem a microempresa rural, nem esses de artesãos podem existir (...) Há um conjunto de barreiras que é colocado pelo SDPI não está a incentivar o surgimento e crescimento das pequenas empresas (...) eu tenho muitos papeis (...) eu até pedi dinheiro a meus pais para conseguir ter o alvará da associação, pegar galinhas para eu poder viajar para Nampula para Direcção Provincial das Obras Públicas e Habitação (DPOPH) (...) para ter alguma coisa da dita associação. Porque mesmo o administrador cessante, o Sr. Mário Ernesto no seu gabinete de serviços, me disse olha, Sr. Fernando, quem quer dinheiro gasta dinheiro, faça tudo, usa teu dinheiro, vai para Nampula para DPOPH, anda atrás destes papéis para vocês terem vossa associação

aqui, para vocês estarem legais e passarem a fazer trabalhos aqui (...) E chegamos a esta fase de artesãos e estamos agora como artesãos. (...).”

Um outro membro acrescenta para acentuar a problemática das dificuldades das associações no distrito de Nacala-a-velha:

“ Imagine só nem pequenos serviços de reabilitação de pequenas vias de acesso, aquelas mais terciárias, que não são da competência da ANE que ligam povoados a povoados. Aqui é normal vermos essas vias serem trabalhadas pelos senhores empreiteiros, com concurso deles lá. Mas nós sabemos que essa via não é da responsabilidade da ANE, mas do âmbito local. Mas esse empreiteiro está aqui com seus camiões a fazer o que? Não deveríamos ser nós com a associação local, com nossas pás, enxadas a fazer isso? (...) Não seria essa uma maneira de dar emprego ao povo? Seriam 30 homens, 30 carinhas a trabalhar ai e depois ganhariam 1500, 2000, 3000 meticais se não me engano (...) quantas famílias seriam beneficiadas e nossa associação iria crescer (...) eu acredito que nenhuma grande empresa que não nasceu de pequenina e progrediu, mas nosso governo só quer coisas grandes e não valoriza coisas pequenas (...) não há esse lema, o lema que diz, esse lema de “dar voz a quem não tem voz, não existe” é puro discurso”.

Um outro acrescentava ainda

“ Nós artesãos, estamos a ver muita coisas (...) somos ditos que Alvará era para fazer pequenas reabilitações (...) Aqui na vila sede, não somos olhados, acontecem reabilitações e não somos chamados. Exemplo o campo de futebol foi reabilitado e nada nos foi dito, a secretaria tinha rachas, (...) deveríamos ser nós a fazer e não nos disseram nada (...) foi um grupo que veio de Nampula que ganhou o concurso (...) dizem que nosso alvará é só apenas para reabilitar furos de água (...) estamos isolados, o governo como pai, tem a missão de nos dar orientações, mas não olha para nós, isto tudo por causa de corrupção (...) a quem diz, por exemplo que quando a gente ganha uma obra e ver que não tem capacidade, podemos recorrer a artesãos de outros distritos para os fundos não irem longe e promover o associativismo local (...) mas não! O governo não nos olha, diz que não temos capacidade antes mesmo de fazermos as (...) então porque é que nos deram o Alvará?

A informalidade dos processos administrativos, o clientelismo do poder ao nível local e a falta de institucionalização dos processos, fazem com que a mudança da liderança política ao nível de base afecte também as relações que são estabelecidas entre o governo local e as associações.

Enquanto para o governo local a falta recursos, oportunidades de capacitação, treinamento, em matéria de gestão de negócios e de espírito associativo - ligado a “cultura individualista” das sociedades costeiras de Nacala, joga um papel determinante na ausência de capacidade para dar resposta as demandas locais em termos de prestação de serviços públicos, para os artesãos locais, não existe vontade política por parte do governo distrital para promover o associativismo e desta forma, fazer-se o alinhamento entre o discurso das reformas produzido pelo governo central com a implementação ao nível local. Para os artesãos locais, o fundo de desenvolvimento distrital, os “Sete Milhões” distribuídos no âmbito do FDD, poderiam desempenhar um papel preponderante na consolidação do associativismo local. Contudo a forma com o é gerido e canalizado quase que integralmente de forma clientelista para sectores considerados prioritários, como o sector agrícola, não permite que outro tipo de associações ligadas a outras areas, tenham financiamento para iniciar de forma sustentável sua actividade e desta forma contribuir para a prestação de serviços de qualidade ao nível local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIM, (2011). “Zona economica de Nacala atrai 400 milhoes de USD”. Maputo: 28 de Junho.
- Castel-Branco, C. N (2010) “Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique “. In L. Brito et al. (org). Desafios para Moçambique 2010, Maputo: IESE.
- Conselho de Ministros de Moçambique (2007). Estratégia para o Desenvolvimento de Pequenas e Medias empresas em Moçambique, Maputo.
- Cumbe, M. (2013). Será possível impulsionar o crescimento socioeconómico através de isenções fiscais? Reflexões sobre a política pública das zonas económicas especiais em Moçambique. O caso da Zona económica especial de Nacala, Maputo: UEM.
- Decreto 15/2010 de 24 de Maio. Boletim da Republica, 1ª serie, numero 20. Suplemento.
- Decreto, 76/2007 de 18 de Dezembro. Boletim da Republica, 1ª Serie, 8 suplemento.
- FARE, (2009). Programa de Apoio às Finanças Rurais. Maputo.
- FIAS (2008). “Service Economic Zones: performance, lessons learned and implications for Zone development”. The World Bank: New York.
- Jornal Noticias (2013). Reformas Dividem Governo e privados. Maputo.
- Jornal O país. (2013). CTA diz que as Reformas são secundarizadas. Maputo.
- Lei 7/95 de 23 de Agosto. Boletim da Republica, 1ª serie, numero 34.
- Lei nº 15/2011 de 10 de Agosto, Boletim da Republica, 1ª serie, número 32.
- Young, E (2005). Reformulação da Política e Estratégia Industriais em Moçambique. Econpolicy Research Group.

FAN

O Fundo para Ambiente de Negócios (FAN) é uma iniciativa do Reino da Dinamarca e do Governo de Moçambique, que quer tornar mais fácil a intervenção do sector privado e outras organizações de negócios no trabalho inerente a advocacia para mudanças de políticas públicas com o objetivo de criar um ambiente propício de negócio.

O FAN foi criado para melhorar o nível e a qualidade do diálogo entre o governo, o sector privado e das organizações dos trabalhadores, contribuindo assim para a criação de um ambiente de negócios socialmente equilibrado.

IESE

O IESE é uma organização moçambicana independente e sem fins lucrativos, que realiza e promove investigação científica interdisciplinar sobre problemáticas do desenvolvimento social e económico em Moçambique e na África Austral.

A missão do IESE é a promoção de investigação social e económica de alta qualidade e relevante sobre as problemáticas de desenvolvimento, governação, globalização e política pública em Moçambique e na África Austral, privilegiando uma abordagem de economia política, interdisciplinar e heterodoxa e criando um espaço pluralista de estudo, debate e difusão de conhecimento e informação. Em relação com o seu programa de investigação, o IESE promove a publicação, debate e formação.